

A. I. N° - 277829.0127/09-4
AUTUADO - CEREALISTA MONTEIRO LTDA.
AUTUANTE - MAGDALA ROSA WOLNEY DE CARVALHO SCHMIDT
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 24.03.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0062-04/10

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS. Somente é admitido o crédito fiscal do valor corretamente calculado se o imposto for destacado a mais do que o devido no documento fiscal. Contribuinte não apresentou documentos fiscais para comprovar o direito ao crédito fiscal utilizado. Infração caracterizada. Negado o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/2009, exige o ICMS em razão da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$ 15.885,84, em valor superior ao destacado nos documentos fiscais.

O autuado às folhas 39 a 43, representado por advogado legalmente constituído, impugna o lançamento tributário alegando que não há que se falar em utilização indevida de crédito, pois, depois de apurar os valores devidos pelo autuado e aqueles efetivamente recolhidos, foram identificados valores pagos a mais a título de ICMS, R\$ 311,32, R\$815,40 e R\$ 626,13, conforme planilhas que acostou às folhas 53/65, o que perfaz um crédito tributário no valor de R\$ 1.752,85.

Reconhece que em outubro *“foi escriturado equivocadamente um crédito tributário no valor de R\$8.137,45”*.

Argumenta que somando os créditos tributários apurados nos meses anteriores de fevereiro, maio e setembro no valor de R\$ 1.752,85, mais o ressarcimento de R\$ 104,34, chega-se a um crédito tributário total em outubro de R\$ 1.857,19, conforme comprova planilha, fls. 53/65, e documentos que diz ter anexado, chegando-se ao valor supostamente utilizado indevidamente de R\$ 6.280,26. Entretanto, alega que, no mês de novembro, no intuito de corrigir o equívoco, recolheu a mais a quantia de R\$ 6.202,33, conforme comprova a documentação em anexo, apenas anexando as planilhas às folhas 53/65, restando uma diferença a recolher de R\$77,93.

Alega que no mês de novembro de 2005 foi descartado pelo autuado o suposto aproveitamento de crédito no valor de R\$ 7.864,88, não havendo dúvida que resta em favor do defendente o crédito tributário no valor de R\$ 6.202,33.

Diz restar apenas o valor a recolher de R\$ 77,93.

Ao final, requer que o Auto de Infração seja julgado improcedente e que seja realizada diligência para comprovar sua tese.

A autuante à folha 69, ao prestar a informação fiscal, reproduz a infração e diz que o autuado não aceita a imputação, informa que nada mais tem a acrescentar e opina pela manutenção da infração.

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir imposto decorrente da utilização indevida em valor superior ao destacado nos documentos fiscais.

Em sua defesa o sujeito passivo diz que teria recolhido a mais nos meses de fevereiro, maio e setembro o valor total de R\$ 1.752,85, mais R\$ 6.202,33 no mês de novembro, conforme comprovaria documentação que diz acostar e requereu a realização de diligência.

Acerca do pedido de diligência formulado pelo sujeito passivo, indefiro o mesmo, com fulcro no art. 147, I, “a”, também do RPAF/99, por entender que os elementos acostados aos autos são suficientes para decidir com relação a presente lide.

Entendo que o argumento defensivo também não pode ser acolhido, pois apesar de informar em sua defesa que estaria acostando documentos para comprovar sua alegação de recolhimento a mais em outros meses, diferente do autuado, por mais de uma oportunidade, o sujeito passivo não acostou nenhum documento, tendo acostado apenas planilhas às folhas 53/65, elaboradas pelo próprio contribuinte sem nenhum documento para comprovar a origem dos dados consignados nas mesmas.

A defesa somente acostou os seguintes documentos:

1. Fls. 44 a 50 – 21ª Alteração e Consolidação Contratual da Sociedade;
2. Fl. 51 – Procuração para representar o autuado;
3. Fl. 52 – cópia da carteira da OAB;
4. Fls. 53 a 64 – planilha relativa a apuração do ICMS nos meses de janeiro a dezembro;
5. Fl. 65 – planilha que denominou de Crédito de Antecipação Parcial pagos a maior 2005.

Ademais, mesmo que o contribuinte tivesse comprovado que teria recolhido, por ventura, em outros meses, valor superior ao devido, o mesmo não poderia ser objeto de compensação no caso em lide. Deveria o sujeito passivo observar o procedimento previsto no RICMS/BA para o caso específico, caso, reitere, ficasse comprovado a alegação defensiva, o que não ocorreu no presente PAF, pois o contribuinte não acostou nenhum documento para sua comprovação. Ademais, o art. 123, do RPAF/99, assegura ao sujeito passivo o direito de fazer a impugnação do Auto de Infração, devendo a defesa ser acompanhada das provas que o contribuinte tiver, inclusive levantamentos e documentos referentes às suas alegações, haja vista que a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de veracidade da autuação fiscal, conforme previsto no art. 143, do mesmo regulamento.

A legislação permite ao contribuinte se creditar do valor que por ventura tenha recolhido a mais. Entretanto, esse procedimento deve ocorrer mediante creditamento do livro de Registro de Apuração do ICMS, antes do início da ação fiscal. Após a lavratura de Auto de Infração, não mais há de se falar em compensação do valor reclamado, até porque é devida a multa aplicada na autuação. O contribuinte pode utilizar o referido valor que alegou ter direito, se devidamente comprovar, mediante a utilização de certificado de crédito para o fim de quitação do Auto de Infração.

Observei ainda que a autuante à folha 10 dos autos demonstrou o crédito fiscal lançado a mais nos meses de outubro e novembro, lançado no livro Registro de Apuração do ICMS no campo outros créditos a título de ressarcimento antecipação parcial, conforme cópias acostadas, conforme abaixo:

- OUTUBRO 2005 - folha 28 dos autos (R\$8.137,45) relativo ao mês de outubro 2005, quando somente teria direito ao valor de R\$ 104,38, relativo às Notas Fiscais nº 48981 e 49055 e
- NOVEMBRO 2005 - folha 32 dos autos (R\$ 7.864,88), relativo ao mês novembro 2005, quando somente teria direito ao valor de R\$ 12,11, relativo à Nota Fiscal nº 49493.

Por todo o exposto, entendo que restou comprovada a utilização indevida de crédito fiscal nos meses de outubro e novembro de 2005, razão do creditamento em valor superior ao indicado nos documentos fiscais.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **277829.0127/09-4**, lavrado contra **CEREALISTA MONTEIRO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$15.885,84**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de março de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR